

Sumário

ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS	XIX
------------------------------------	-----

PARTE I PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, DIREITO INTERTEMPORAL E DIREITO UNIFORME

1. Colocação do problema.....	3
1.1 Abertura legislativa e função do DIPr.....	5
1.2 Interação legislativa global.....	7
1.3 DIPr e direitos humanos.....	8
2. DIPr e direito intertemporal.....	11
3. DIPr e direito uniforme.....	12
3.1 Impossibilidade de uniformização total.....	13
3.2 Uniformização regional e global.....	15
3.3 Diferenças de fundo.....	17
4. Perspectiva.....	18

Capítulo II

NOÇÕES PRELIMINARES AO ESTUDO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Conceito de DIPr.....	21
1.1 O “elemento estrangeiro”.....	23
1.2 Conflitos interestaduais.....	24
1.3 Discricionariiedade estatal.....	27
1.4 Missão principal do DIPr.....	29
1.5 A questão da nomenclatura.....	29
1.6 Necessidade de divergência entre normas estrangeiras autônomas e in- dependentes.....	31
2. Objeto e finalidade do DIPr.....	32
2.1 Objeto do DIPr.....	32
2.2 Finalidade do DIPr.....	37
3. Posição do DIPr nas ciências jurídicas (taxinomia).....	38
3.1 O DIPr é direito interno ou internacional?.....	39
3.2 O DIPr versa matéria afeta ao direito privado ou ao direito público?.....	41
4. Conflitos de leis estrangeiras no espaço.....	42
5. Direito Internacional Privado brasileiro.....	44
5.1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	44
5.2 Estatuto pessoal no DIPr brasileiro.....	46
5.3 Estatuto pessoal no Código Bustamante.....	51

Capítulo III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Introdução.....	53
2. Fontes internas.....	54
2.1 Constituição e leis	55
2.2 Costume nacional.....	59
2.3 Doutrina e jurisprudência interna	61
3. Fontes internacionais	63
3.1 Tratados internacionais	63
3.2 Costume internacional	68
3.3 Jurisprudência internacional	70
4. Fontes transnacionais	71
5. Conflitos entre as fontes	74
5.1 Conflitos entre fontes de categorias distintas	74
5.2 Conflitos entre fontes de mesma categoria	75
5.3 Conclusão sobre os critérios	76

Capítulo IV

TEORIA GERAL DAS NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Normas indicativas	79
1.1 Normas diretas e indiretas	80
1.2 Hipótese e disposição	81
1.3 <i>Lex fori</i> e <i>lex causae</i>	82
1.4 Categorias de normas indicativas.....	82
2. Conflitos das normas de DIPr no espaço.....	84
2.1 Conflito espacial positivo.....	86
2.2 Conflito espacial negativo (teoria do reenvio)	87
2.2.1 Entendimento.....	88
2.2.2 Posição do direito brasileiro	90
2.2.3 Importância prática do reenvio.....	93
2.2.4 Conclusão	94
3. Conflitos das normas de DIPr no tempo	95
4. Aplicação substancial das normas de DIPr.....	99
4.1 Problema das qualificações	99
4.1.1 Fundamento	100
4.1.2 Conceito e entendimento.....	101
4.1.3 Qualificação por etapas.....	103
4.1.4 Exceção dos bens e das obrigações.....	106
4.1.5 Regras do Código Bustamante.....	109
4.1.6 Instituições desconhecidas	110
4.2 Conflito de qualificações.....	110
4.3 Questão prévia.....	115
4.4 Adaptação ou aproximação.....	119
5. Remissão a ordenamentos plurilegislativos	120

Capítulo V
ELEMENTOS DE CONEXÃO

1.	Elemento e objeto de conexão	125
1.1	Diferenças de fundo	126
1.2	Procedimento de localização	127
1.3	Concurso de elementos de conexão.....	128
2.	Espécies de elementos de conexão.....	129
2.1	Conexões pessoais.....	129
2.2	Conexões reais (territoriais)	129
2.3	Conexões formais.....	130
2.4	Conexões voluntárias.....	131
2.5	Conexões delituais	131
3.	Qualificação dos elementos de conexão.....	132
3.1	Qualificação pela <i>lex causae</i>	132
3.2	Conflito positivo e negativo.....	133
4.	Principais elementos de conexão	134
4.1	Território	135
4.2	Nacionalidade.....	136
4.3	Domicílio.....	137
4.4	Vontade das partes	141
4.4.1	Autonomia da vontade e ordem pública.....	142
4.4.2	Fundamento da autonomia da vontade no direito brasileiro	143
4.4.3	Autonomia da vontade na eleição de foro	146
4.4.4	Autonomia da vontade e qualificação (do objeto e do elemento de conexão)	147
4.4.5	Autonomia da vontade na jurisprudência brasileira.....	147
4.4.6	Autonomia da vontade no Projeto de Lei nº 269 do Senado Federal	148
4.4.7	Conclusão	149
4.5	Lugar do contrato.....	149
4.6	A <i>lex fori</i>	150
4.7	Religião e costumes tribais.....	150
5.	Conflitos móveis (sucessão de estatutos).....	152

Capítulo VI
DIREITOS ADQUIRIDOS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1.	Entendimento	157
2.	Efeitos dos direitos adquiridos	162
3.	Limites da <i>lex fori</i>	163
4.	Elementos para o reconhecimento	166
5.	Direitos adquiridos no DIPr brasileiro	167

Capítulo VII

APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO PELO JUIZ NACIONAL

1. Dever de aplicação do direito estrangeiro indicado	171
1.1 A questão da competência	172
1.1.1 Competência concorrente.....	175
1.1.2 Competência exclusiva.....	180
1.1.3 Afastamento da competência	183
1.1.4 Ainda sobre a (não) exaustividade dos arts. 21 a 25 do CPC/2015	186
1.2 Imposição legal de aplicação do direito estrangeiro	188
1.3 Norma estrangeira como direito (não como fato)	189
2. Aplicação direta da lei estrangeira	191
2.1 Aplicação <i>ex officio</i>	192
2.2 Prova do direito estrangeiro.....	197
2.3 Lei estrangeira como paradigma para recursos excepcionais	204
2.4 Análise e interpretação da lei estrangeira	206
2.5 Aplicação errônea da lei estrangeira e recursos cabíveis.....	211
2.6 Controle de constitucionalidade da lei estrangeira (conforme a Constituição do Estado estrangeiro)	212
2.7 Controle de convencionalidade da lei estrangeira (conforme as normas internacionais em vigor no Estado estrangeiro)	217
3. Impossibilidade de conhecimento da lei estrangeira.....	219
3.1 Rejeição da demanda ou aplicação da <i>lex fori</i> ?.....	219
3.2 Solução do direito brasileiro.....	220
4. Limites à aplicação do direito estrangeiro	221
4.1 Direitos fundamentais e humanos	222
4.2 Ordem pública.....	223
4.3 Normas de aplicação imediata (<i>lois de police</i>)	232
4.4 Fraude à lei	239
4.5 <i>Prélèvement (favor negotii)</i>	247
4.6 Reciprocidade	248
4.7 Instituições desconhecidas.....	250
4.8 Norma mais favorável à pessoa	252
5. Cooperação jurídica internacional	254
5.1 Homologação de sentenças estrangeiras	255
5.2 Auxílio direto.....	261
5.3 Cartas rogatórias	263
6. Conclusão.....	265

Capítulo VIII

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO PÓS-MODERNO

1. Introdução.....	267
2. Diálogo com Erik Jayme.....	268

3. O novo DIPr e os valores pós-modernos.....	268
3.1 Pluralismo (diversidade cultural).....	269
3.2 Comunicação.....	273
3.3 Narração.....	273
3.4 Retorno dos sentimentos.....	276
4. Conclusão.....	277

PARTE II
PARTE ESPECIAL

Capítulo I
DIREITO CIVIL INTERNACIONAL

1. Leis aplicáveis.....	281
2. Orientação legislativa.....	282
3. Plano da Parte Especial.....	282

Capítulo II
DOS BENS

1. Introdução.....	285
2. Regra <i>lex rei sitae</i>	286
3. Qualificação dos bens.....	289
4. Bens em trânsito.....	291
5. Conflitos móveis.....	293
6. Navios e aeronaves.....	295
7. Lei aplicável ao penhor.....	297
8. Tráfico ilícito de bens culturais.....	299
8.1 Conceito.....	300
8.2 Lei aplicável.....	301
8.3 A questão do possuidor de boa-fé.....	303
8.4 Normas de aplicação imediata.....	304

Capítulo III
DIREITO DE FAMÍLIA

1. Normas gerais.....	307
2. Esponsais.....	308
2.1 Qualificação dos esponsais.....	309
2.2 Lei aplicável segundo a LINDB.....	311
2.3 Regra do Código Bustamante.....	312
3. Casamento.....	314
3.1 Capacidade para casar.....	315
3.2 Casamento realizado no Brasil.....	318
3.3 Casamento realizado no exterior.....	320
3.4 Casamento consular.....	322
3.4.1 Casamento consular de brasileiros no exterior.....	322

3.4.2	Casamento consular de estrangeiros no Brasil	324
3.5	Casamento por procuração.....	326
3.6	Lei aplicável ao regime de bens	328
3.7	Efeitos pessoais do casamento.....	332
3.8	Invalidade do casamento.....	333
4.	Divórcio.....	338
4.1	Divórcio consensual consular.....	341
4.2	Divórcio consensual puro e qualificado.....	342
5.	Relações parentais	342
5.1	Filiação.....	343
5.2	Guarda de filhos	345
5.3	Direito de visita	348
5.4	Alimentos	349
5.4.1	Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Es- trangeiro (1956)	349
5.4.2	Primeiras normas da Conferência da Haia de Direito Interna- cional Privado.....	351
5.4.3	Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e outros Membros da Família e Protocolo sobre a Lei Aplicável (2007)	351
5.4.4	Flexibilização do Protocolo de 2007 em razão da norma mais favorável ao alimentando.....	358
5.5	Sequestro internacional de crianças	361
6.	Adoção internacional de menores	366
6.1	A questão da nacionalidade	367
6.2	Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Ado- ção de Menores (1984)	370
6.3	Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Maté- ria de Adoção Internacional (1993).....	375
6.4	Direito Internacional Privado brasileiro da adoção	378
6.5	Adoção por estrangeiros na Constituição de 1988 e no ECA	380

Capítulo IV

DIREITO DAS SUCESSÕES

1.	Introdução.....	385
2.	Regra geral da LINDB	386
2.1	Princípio da universalidade sucessória	387
2.2	Desuso (<i>de facto</i>) e insubsistência (<i>de jure</i>) da regra.....	388
2.3	Bens imóveis localizados no estrangeiro.....	390
2.4	Equalização de direitos na partilha dos bens.....	391
3.	Successão de bens de estrangeiros situados no País	392
4.	Capacidade para suceder.....	396
5.	Autonomia da vontade	398
6.	Exceção à unidade sucessória em razão de créditos locais.....	398

7. Execução de testamento celebrado no estrangeiro	399
7.1 Lei aplicável à forma	399
7.2 Lei aplicável à substância.....	402

Capítulo V

OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

1. Introdução.....	405
2. Obrigação proveniente de contrato	408
3. Obrigação no exterior destinada à execução no Brasil	411
4. Obrigações por atos ilícitos.....	414
4.1 Regra <i>lex loci delicti commissi</i>	415
4.2 Tratados internacionais	416
4.3 Flexibilização pela <i>lex damni</i>	418
4.4 Obrigações <i>ex lege</i>	420
5. Autonomia da vontade	421
6. Convenção da ONU sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias.....	425

Capítulo VI

ESTATUTO DAS PESSOAS JURÍDICAS

1. Introdução.....	427
2. Lei aplicável.....	427
3. Nacionalidade.....	429
4. Reconhecimento e funcionamento	430
5. Limites de operação no Brasil.....	433
6. Insolvência transnacional.....	435
6.1 Entendimento	435
6.2 Sistemas territorial e universal	436
6.3 Efeitos da insolvência e direito aplicável	438
6.4 Propostas de harmonização internacional.....	440
6.5 Regulamentação brasileira atual.....	442
6.5.1 Acesso à jurisdição brasileira	444
6.5.2 Reconhecimento de processos estrangeiros	445
6.5.3 Cooperação com autoridades e representantes estrangeiros	448
6.5.4 Processos concorrentes	449
7. Conclusão.....	451

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	453
----------------------------------	-----

OBRAS DO AUTOR.....	475
---------------------	-----